

DOSSIÊ

# A RETÓRICA TESTEMUNHAL EM NARRATIVAS DA *TRIP*, *TPM* E *ROLLING STONE*

Copyright © 2015  
SBPjor / Associação  
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

BRUNO SOUZA LEAL

*Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil*

IGOR LAGE

*Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil*

**RESUMO** - O artigo analisa reportagens das revistas *Trip*, *TPM* e *Rolling Stone* para refletir sobre a dimensão testemunhal das narrativas jornalísticas em primeira pessoa. Recuperando estudos acerca do testemunho na História, em especial aqueles vinculadas aos sobreviventes da Segunda Guerra Mundial, e também na Comunicação, o artigo pondera, de modo geral, que a narrativa em primeira pessoa não configura a experiência jornalística sempre do mesmo modo. Observa-se então, o que se pode denominar de “retórica testemunhal”, ou seja, à busca de um efeito de copresença, fundamental para a autenticação dos relatos, do narrador e dos acontecimentos apresentados.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Narrativa. Revista. Testemunho.

## **RETÓRICA TESTEMONIAL EN NARRATIVA DEL *TRIP*, *TPM* Y *ROLLING STONE***

**RESUMEN** - El artículo analiza los informes de las revistas *Trip*, *TPM* y *Rolling Stone* a reflexionar sobre el testigo periodístico en narrativas en primera persona. Recuperando estudios acerca del testimonio en la historia, especialmente los vinculados a los supervivientes de la Segunda Guerra Mundial, y también en los estudios de comunicación, el artículo entiende que la narración en primera persona no constituye la experiencia periodística siempre de la misma manera. Así, se observa lo que se puede llamar de “retórica testimonial”, es decir, la búsqueda de un efecto de co-presencia, fundamental para los modos de autenticación de la mediación periodística, incluyendo el texto, el narrador y los acontecimientos presentados.

**Palabras clave:** Periodismo. Narrativa. Revista. Testimonio.

## **THE TESTIMONIAL RHETORIC IN NARRATIVES FROM *TRIP*, *TPM* AND *ROLLING STONE***

**ABSTRACT** - This article analyzes stories from the magazines *Trip*, *TPM* and *Rolling Stone* in order to reflect about the testimonial dimension of first-person journalistic narratives. Recovering studies on the testimony in History, especially those related to the survivors of World War II, and also in Social Communication, the article ponders that, in general, the first-person narrative does not always constitute journalistic experiences by the same ways. Thus, it is observed the setting of a “testimonial rhetoric” on different forms, i.e., the search for a co-presence effect, essential for the authentication of the reports, the narrator and the presented events.

**Keywords:** Journalism. Narrative. Magazine. Testimony.

Beatriz Sarlo (2007), em um ensaio bastante conhecido, dá o nome de “guinada subjetiva” à revalorização do sujeito e da enunciação em primeira pessoa que ocorre no Ocidente a partir da proliferação dos relatos dos sobreviventes dos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial. Tendo em vista que esses sobreviventes não se negaram ao papel de testemunha, reivindicando para si a responsabilidade de narrar o vivido por eles e pelos outros, Sarlo observa os modos com a disciplina historiográfica abraçou esses relatos, que passaram a ser tomados como ícones da verdade e importantes recursos para a reconstituição do passado, ainda que repletos de subjetividades. Em tal cenário, a testemunha encontra-se colocada em lugar de destaque, e vê-lhe ser novamente outorgada uma posição da qual havia sido por um longo tempo dispensada.

De acordo com François Hartog (2011), as relações entre o historiador e a testemunha datam da publicação das *Histórias* de Heródoto, por volta de 400 a.C., possivelmente o primeiro momento em que se promoveu uma associação epistemológica entre “ver” e “saber”. Porém, ainda durante a Grécia antiga, começa a se observar um afastamento entre os lugares do historiador e da testemunha, movimento que se torna mais eminente séculos depois com a publicação da clássica obra *História Eclesiástica*, escrita por Eusébio no século IV, na qual o historiador deixa de exercer um papel de testemunha ocular para consolidar-se como uma figura que ordena sequencialmente os testemunhos de outros, decidindo o que entra ou não no cânone de textos.

Esse processo atinge seu ápice por volta do século XIII, quando o historiador assume uma qualidade de compilador, ou seja, aquele que reúne e organiza os textos alheios. No século XIX, quando a história, segundo Hartog, passa a ser entendida como “a ciência do passado”, os testemunhos começam a ser vistos efetivamente como “documentos” que devem ser ressignificados por uma autoridade competente, capaz de decifrá-los: o historiador moderno. Já no decorrer do século seguinte, a testemunha ressurgiu como elemento importante da feitura historiográfica, como “voz e memória viva”. De acordo com Hartog, a partir da década de 1980, observamos uma progressiva ascendência da testemunha, efeito de uma “maré viva em relação à memória que invadiu o mundo ocidental (e ocidentalizado)” (p. 227) e que está diretamente relacionada a Auschwitz e à Shoah.

Porém, essa testemunha revalorizada possui uma condição definidora muito particular, que a coloca em regimes de

identificação e legitimação muito diferentes dos períodos anteriores. A testemunha da Shoah é uma sobrevivente, marcada pelo trauma e pela experiência do horror. Da catástrofe histórica da qual emergiu com vida, outros tiveram o destino oposto, e é em relação a esses outros que o sobrevivente estabelece seu testemunho (AGAMBEN, 2008; HARTOG, 2011; SARLO, 2007). Nesse sentido, os relatos dos sobreviventes evocam fortemente uma relação entre corpo presente, experiência e narrativa, de modo que o indivíduo que viveu aquilo que é narrado advoga seu reconhecimento justamente pela ligação entre esses elementos.

A partir do diagnóstico traçado por Sarlo, Márcio Serelle (2009, 2010, 2012) propõe pensarmos na possibilidade de uma guinada subjetiva no campo do jornalismo, iniciada por um movimento de crescente “recuperação do ‘eu’ em narrativas jornalísticas contemporâneas” (2009, p. 34). Essas narrativas, assim como os testemunhos pós-Shoah, seriam marcadas pela relação imediata entre experiência do sujeito e condição de fala, de modo que se firmam em uma verdade subjetiva para sustentar a verdade do acontecimento narrado. Ou seja, por ter estado em corpo presente na cena do acontecimento, o repórter projeta-se no relato, empregando a primeira pessoa e requisitando uma condição de testemunha para si, a fim de legitimar o seu lugar de fala.

Para sustentar essa aproximação da guinada subjetiva ao jornalismo contemporâneo, Serelle (2010) convoca três exemplos principais: os “livros de repórteres” (MAROCCO, 2011) *Gomorra*, de Roberto Saviano; *Putin’s Russia*, de Anna Politkovskaya; e *De Cuba, com carinho*, de Yaoni Sánchez. Todos são definidos por ele como “relatos de contra-poder”, cujo teor de acusação colocou os próprios escritores em conflito direto com alguma instância de poder (em *Gomorra*, com a máfia napolitana; nos outros casos, com o governo de seus respectivos países), interferindo de forma muito profunda em suas histórias de vida (Saviano é jurado de morte pela Camorra e vive sob proteção do Estado italiano; Sánchez enfrenta constantes embates com o governo cubano, por quem já foi diversas vezes censurada e criticada; Politkovskaya foi assassinada em 2006). Logo, guardadas as devidas proporções, as três obras apresentariam certa afinidade com o testemunho da Shoah, pois se estruturam em torno de um narrador que, ao colocar-se na condição de testemunha, deixa transparecer traços de subjetividade e afetividade, de modo que os acontecimentos narrados tornam-se entrelaçados a sua própria linha biográfica.

Enquanto Serelle tem como horizonte casos bastante específicos no jornalismo mundial, este artigo reflete sobre a presença das narrativas em primeira pessoa em reportagens contemporâneas de três revistas publicadas no Brasil: *Trip*, *Tpm* e *Rolling Stone*. A escolha desse trio se deve pelo fato de serem revistas sobre cultura e comportamento, um segmento do mercado de publicações jornalísticas que, historicamente, afasta-se de uma linha editorial que orienta suas pautas prioritariamente pelos acontecimentos recentes, mostrando-se mais interessado em reportagens longas sobre temas e pessoas que seriam de interesse de seu público leitor. Nesse sentido, elas também nos parecem mais abertas a variadas possibilidades de construção narrativa, inclusive aquelas em que o narrador produz gestos de autorreferência por meio da primeira pessoa.

Os exemplos que servem de base para a reflexão aqui proposta foram recolhidos em diferentes edições dessas revistas, a partir de um levantamento que compreendeu reportagens publicadas entre 2010 e 2014. De modo geral, duas observações podem ser feitas. Primeiro, que há uma notável recorrência de narrativas em primeira pessoa em *Trip*, *Tpm* e *Rolling Stone*. Todavia, tais narrativas não configuram a experiência jornalística sempre do mesmo modo: no artigo, serão apresentadas reportagens em que a primeira pessoa tem papéis peculiares e não necessariamente consonantes. Segundo, que a adoção da primeira pessoa na narrativa serve, muitas vezes, ao que se pode denominar “retórica testemunhal”, ou seja, à busca de um efeito de copresença, fundamental para a autenticação dos relatos, do narrador e dos acontecimentos apresentados.

De modo geral, parece ser de comum acordo à vasta bibliografia produzida acerca das fundamentações do discurso testemunhal que uma de suas condições de reconhecimento seria justamente a proposição assertiva de um vínculo com a realidade, de modo a atestar a veracidade dos acontecimentos e experiências narradas (SARLO, 2007; HARTOG, 2011, RICOEUR, 2007; AGAMBEN, 2008, entre outros). Se o narrador jornalístico convoca uma relação de referencialidade com uma determinada realidade da qual ele se propõe a falar, não nos parece estranho, portanto, que em alguns casos ele possa assumir uma retórica que é comumente associada à figura da testemunha. De fato, é possível, sem maiores problemas, afirmar que a associação dos termos “testemunho” e “testemunha” ao trabalho do jornalista não é algo exótico ou pouco usual. Dizer que o repórter foi testemunha dos fatos ou convocar um terceiro como fonte para dar

um testemunho sobre determinado tema ou acontecimento são ideias que parecem já estar internalizadas ao que se entende socialmente como jornalismo. Porém, de acordo com Frosh e Pinchevski (2009), essas noções generalizadas do testemunho reduzem a potencialidade semântica do termo, simplificando a multiplicidade de apropriações que ele recebe em diálogo com o jornalismo e, em um espectro mais amplo, com os fenômenos referentes à comunicação midiática hoje. Para os autores, o testemunho midiático deve ser pensado em, pelo menos, três instâncias: o testemunho performado *nas* mídias, *pelas* mídias e *por meio das* mídias.

Para John Durham Peters (2009), a condição de “ter estado presente” é justamente aquilo que garante ao testemunho a sua força argumentativa. A presença corpórea do sujeito na cena do acontecimento seria, portanto, seu principal elemento fiduciário, uma espécie de “prova” de que ele realmente “esteve lá”. Nesse sentido, Peters se afasta de Frosh e Pinchevski por defender que há uma singularidade nos eventos que só pode ser percebida por aqueles que compartilham com o evento uma copresença em termos espaciais e temporais. Isso significa dizer, por exemplo, que assistir a uma partida de futebol em transmissão “ao vivo” pela TV não teria a mesma “força testemunhal” que assisti-la no estádio. Todavia, o cerne da proposta de Frosh e Pinchevski reside justamente nos testemunhos performados *pelas* mídias e *por meio* delas, pois esses revelariam a existência de outros níveis possíveis de mediação entre os processos midiáticos e o constituir-se testemunha. Com isso, propõem que a presença corpórea do sujeito no evento narrado não deve ser tomada como elemento paradigmático do testemunho - pelo menos, não do midiático.

Ao analisarmos as reportagens em primeira pessoa de *Trip*, *Tpm* e *Rolling Stone*, encontramos um conjunto de narrativas em que o repórter, através do narrador que constrói, afirma ter estado presente em determinado evento ou realidade social, propondo-se então a contar as experiências que ali viveu. Nessas reportagens, a primeira pessoa surge como um signo de autorreferência capaz de colocar o narrador ora como principal personagem da trama, ora sugerindo sua associação com uma personagem (que se remete a um sujeito de carne e osso) que teria “efetivamente” testemunhado os acontecimentos. Em tais reportagens, a dimensão espacial da presença, o estar lá do corpo, parece ser fundamental não só para garantir à narrativa uma espécie de retórica testemunhal, mas seria, enfim, o que justificaria sua própria existência.

## 1 O JORNALISMO COMO LABORATÓRIO DE EXPERIÊNCIAS

Na reportagem “Na barriga da besta”, publicada em 2010 pela *Rolling Stone*, a repórter Yara Morais constrói um relato sobre o período em que morou em um barraco alugado no Morro do Piolho, “uma das áreas mais perigosas e pobres da zona sul de São Paulo” (MORAIS, 2010, p. 95). A experiência foi motivada pelo seu trabalho de conclusão de curso da faculdade e, como podemos observar no trecho abaixo, marcou profundamente a então estudante de jornalismo:

Sem água potável em meu barraco, eu estava ali apenas com o objetivo de comprar um refrigerante para matar a sede. Mas respondi a verdade, detalhadamente: contei que era uma estudante de jornalismo, que há quatro dias alugara um barraco durante um mês para morar naquela região porque esse era o único jeito de eu fazer meu trabalho de conclusão de curso cujo tema era “periferia”. (...) Mas não contei que *eu tinha a nítida sensação de que tudo na minha vida mudaria depois dessa experiência*. Nem que minha mãe dizia: “Você é mesmo doída”, ou que parti para a Zona Sul levando uma TV de 14 polegadas, um colchonete e uma mochila nas costas com dois pares de tênis, jeans, blusas, um velho skate, R\$ 80, um cartão telefônico e um bilhete único, sem saber que *lá eu viveria situações que nem o mais experiente dos repórteres policiais jamais presenciou ou sobreviveu para contar* (MORAIS, 2010, p. 96, grifos nossos).

Nos trechos destacados acima, fica clara a intensidade (ou ao menos o desejo por ela) da experiência para a própria narradora. Com certa tendência hiperbólica, a jovem repórter conta ao leitor sobre aquilo que viveu no Morro do Piolho como se os desdobramentos daqueles acontecimentos ainda ressoassem de maneira latejante em sua própria biografia. Parece estar claro, em sua fala, que ela conseguiu penetrar mais fundo naquela realidade de miséria e violência do que qualquer outro repórter:

Um grupo de cinco homens comandados por Gabriel arrombou a porta e pegou um homem com menos de 30 anos que estava dormindo. Vendaram-lhe os olhos e, deixando-o somente com uma cueca branca, rasgavam-lhe a carne sem pressa, primeiro com um canivete, depois com uma enorme e afiada faca, como as que são usadas nos açougues. Reluzente a lâmina deslizava pelo corpo com a paciência impiedosa da morte, abrindo-lhe a pele. Os olhos de Gabriel apenas observavam, frios, enquanto as mãos de seus soldados faziam um macabro traçado com a ponta do objeto. Cada um cortava um pouco, em um ritual bizarro de vingança. Os cortes eram pequenos, no entanto, profundos e em grande quantidade. O sangue jorrava.[...] Uma hora depois - os 60 minutos mais longos da minha vida -, um tiro certeiro na testa, quase um carinho àquela altura, acabou com a terrível cena. O homem morreu na minha frente

e não havia nada que eu pudesse fazer para salvá-lo. O recado era claro: não mexa conosco, não ferre conosco, não deva se não pode pagar. O corpo foi deixado lá, só para ser encontrado pela polícia.

De volta ao meu barraco, sozinha, me esforçava para amenizar a brutalidade do que havia presenciado e encarar aquilo como parte do meu trabalho de faculdade. Eu queria esquecer que acabara de ver um assassinato cruel, mas não conseguia. Não consegui conter o choro, aquele era um ser humano. Não houve comentário sobre aquela morte em nenhum canto da comunidade. Qual era a identidade do homem assassinado? Quem foi o mandante do crime? Ninguém sabe, ninguém viu. Ainda que nada consiga arrancar da minha memória aquela cena, os pedidos de perdão, os gritos, a lei do crime deveria ser seguida à risca (MORAIS, 2010, p. 96-97).

O relato de Yara Morais, como se vê acima, aproxima-se das reportagens analisadas por Serelle, pois busca estabelecer articular uma situação “real” com a experiência de vida da repórter, que então se apresenta como a própria testemunha da situação traumática ou “de risco”. Todo esforço intrusivo que orienta a apuração da repórter aponta para sua ancoragem na presença corpórea no local, uma dimensão da espacialidade que funda o testemunho jornalístico na proximidade entre testemunha e acontecimento. Na reportagem da *Rolling Stone*, esse gesto é bem claro: a repórter acredita que só será capaz de dizer verdadeiramente sobre o Morro do Piolho se morar lá por um tempo, se conversar face a face com as pessoas, se enfrentar as mesmas dificuldades que aquela população enfrenta, se ver com seus próprios olhos aquilo que elas veem diariamente – enfim, se conseguir experimentar aquela realidade social. Não bastava *ver de perto*, era preciso *ver de dentro*, experimentar. Logo, a intensidade dessa relação de proximidade parece ser utilizada pela jornalista como um recurso de legitimação da narrativa, que se fundamenta no esforço de abolir a distância entre o repórter-testemunha e aquilo que narra.

Nesse sentido, a reportagem de Morais parece confirmar a observação de Beatriz Sarlo que, a partir da leitura de Ricoeur, afirma que os testemunhos originados da Shoah estabeleceram modelos para testemunhos de qualquer ordem, ainda que se constituam como casos-limite, como experiências distantes do ordinário:

O testemunho do Holocausto se transformou em modelo testemunhal. O que significa que um caso-limite transfere suas características a casos não-limite, até mesmo em condições de testemunho completamente banais. Não é só no caso do Holocausto que o testemunho exige que seus leitores ou ouvintes contemporâneos aceitem sua veracidade referencial, pondo em primeiro plano argumentos morais apoiados no respeito ao sujeito que suportou os fatos sobre os quais fala. Todo testemunho quer ser acreditado, mas nem sempre traz

em si mesmo as provas pelas quais se pode comprovar sua veracidade; elas devem vir de fora (SARLO, 2007, p. 37).

Nessas condições de proliferação de uma retórica do testemunho, torna-se possível que outros narradores possam assumir o papel de testemunha, mesmo sem referir-se a um acontecimento traumático. Não por coincidência, a relação de credibilidade entre leitor e narrador é fundamental, haja vista seu desejo de ser acreditada e de ser compreendida como sendo verdadeira (RICOUER, 2007). Como observamos na reportagem de Yara Morais, ao construir um relato em primeira pessoa, organizado em torno de suas próprias experiências no processo de apuração, a repórter centraliza os pedidos de crédito à narrativa em si mesma, convocando uma situação testemunhal. Nesse sentido, sua intencionalidade parece ser justamente a de colocar em operação uma retórica do testemunho para apropriar-se das condições comunicativas a ele associadas. Explicitamente, Morais diz “eu estava lá, por isso vocês podem acreditar em mim”.

Contudo, precisamos manter em mente que o lugar de fala construído por um narrador-repórter está inserido em um circuito comunicativo muito específico, no qual operam uma série de valores e práticas que fazem com que o seu testemunho incorpore as características da mediação jornalística. Nesse sentido, parece haver um vão entre essas duas testemunhas (da Shoah e a jornalística) que as coloca em condições distintas de reconhecimento social. Como aponta Sarlo, o testemunho do sobrevivente estabelece seus vínculos jurídicos e sociais de confiança com base na existência radicalizadora do acontecimento-limite, e isso o põe em certo estado de excepcionalidade. Isto é, a sua assombrosa infração ao ordinário lhe confere uma espécie de blindagem que torna eticamente desconfortável o questionamento de sua verdade. Por outro lado, o testemunho do narrador-repórter, mesmo quando marcado por situações de trauma e de profunda interferência negativa na vida do indivíduo, não atinge a radicalidade do testemunho da Shoah, abrindo flancos, portanto, para questionamentos acerca de sua verdade e mesmo de sua confiabilidade.

É interessante notar, nesse sentido, que a ida da repórter ao Morro do Piolho é parte de um experimento, de um exercício laboratorial que visa exatamente promover uma experiência supostamente radical. No entanto, a repórter-narradora está no Morro do Piolho não como uma “sobrevivente”, como alguém dali, mas como uma estrangeira – tal como definida por Simmel (1983) em seu ensaio clássico – que não

consegue, por mais que queira, quebrar a distância que existe entre ela e os demais. Na reportagem, há um trecho em que essa ideia fica bem clara. Ao ser chamada para uma “conversa séria” com Gabriel, líder do grupo de criminosos do Morro do Piolho, Moraes revela o seu desejo de adentrar naquela realidade para dizer a verdade que ninguém na mídia conta, “para mostrar a vida como ela é”.

“Quer falar comigo?”, perguntei a Gabriel, entrando em seu barraco. “Sim, quero.” Sentamos, e ele, antes de me contar o que planejava para aquele dia, fez a mesma pergunta que já havia feito antes, mas nunca com tanta seriedade no olhar. “O que você quer aqui? Por que a história dessa gente pobre da favela te interessa tanto?” Respondi olhando nos olhos que o meu interesse ali era mostrar, no meu trabalho, por meio da vida de todas as pessoas que eu conheci naquele lugar, que a periferia precisa contar suas histórias sem medo ou repreensão. Disse que estava ali, principalmente, para mostrar a vida como ela é. E completei afirmando que eu não precisaria me arriscar apenas por capricho ou desejo de aventura. Eu sentia uma enorme necessidade de mostrar a realidade da maioria dos brasileiros que moram nas grandes cidades (MORAIS, 2010, p. 97).

Ao revelar sua intenção de produzir um relato acerca de suas experiências naquela comunidade, a repórter reafirma a existência de uma pauta que orientou, ainda que apenas inicialmente, as suas ações. Desde antes de Yara alugar o seu barraco no Morro do Piolho, ela já previa minimamente como agiria no lugar, quais equipamentos de gravação e registro levaria, como tentaria obter informações sobre aquela realidade a qual ela estava se propondo a investigar. Nesse sentido, por mais que haja um trabalho de imersão da repórter nesse espaço social, sua intencionalidade acaba reforçando sua condição de estrangeira. O seu próprio lugar de repórter acaba se tornando uma espécie de cerca que impede a sua incorporação plena àquela realidade, à vida daquelas pessoas. Seria então possível pensar, como sugere Serelle (2009, 2010, 2012), que, em um contexto de exemplaridade dos testemunhos dos sobreviventes, o narrador-repórter estaria gozando de uma credibilidade que não lhe é necessariamente inerente?

## **2 ENTRE O VER E O OUVIR: AS CIRCUNSTÂNCIAS DA CO-PRESENÇA**

Em uma reportagem de Marcelo Ferla sobre o escritor Luis Fernando Verissimo, também publicada na *Rolling Stone*, o narrador autorreferente surge, por meio da primeira pessoa do plural, para indicar que repórter e fonte encontram-se no mesmo ambiente, onde conversam: “Estamos na sala de estar da casa de Verissimo, decorada

com quadros e muitos livros, no arborizado bairro Petrópolis, onde nasceu e reside com a mulher, Lúcia” (FERLA, 2012, p. 84). Em seguida, os traços da primeira pessoa deixam de aparecer explicitamente no texto, mas a imagem de que o repórter entrevista Veríssimo pessoalmente se mantém:

Para quem ficou cerca de duas horas relembrando com detalhes velhos tempos de jazz e futebol, confortavelmente sentado em uma cadeira do papai vermelha, com um dos pés no banquinho e sem os sapatos, enfatizar lapsos de memória é uma autocrítica demasiada. Mais do que pequenos esquecimentos, foram muitas pausas. O ar sempre contido e uma discrição quase metódica davam o tom da conversa, pontuada por frases certeiras de quem indubitavelmente sabe a medida das palavras. Veríssimo é um homem que ouve muito e fala pouco, talvez porque espera que a genialidade de seus textos seja suficiente. Entretanto, torna-se ainda mais comedido ao comentar sobre a geração espetacular em que se insere, e que tem sido tratada como insubstituível a cada perda que sofre (FERLA, 2012, p. 84).

Nesse parágrafo, que sucede aquele em que se encontra a citação anterior, os signos da primeira pessoa não estão explícitos, mas o fato de ela ter sido usada anteriormente faz com que a retenhamos no pensamento. A imagem reforçada ainda é a da copresença, que parece aqui revelar algo do que é socialmente entendido como de competência do repórter na realização de sua profissão, isto é, a prática da entrevista. Como podemos notar, o foco da reportagem é justamente o entrevistado, uma pessoa célebre que, por motivos variados, seria alvo de interesse do leitor e da própria publicação. Ao contrário de reportagens como a de Yara Morais no Morro do Piolho, a pauta aqui não se interessa necessariamente pela experiência do repórter, pois o que se almeja é justamente o outro. Assim, a primeira pessoa não parece remeter a situações em que os acontecimentos narrados se entrelaçam profundamente à trajetória biográfica do narrador; tampouco caracteriza narrativas centradas na revelação de subjetividades e afetividades desse sujeito da enunciação. Dessa forma, o seu testemunho parece ocupar um lugar diferente do testemunho dos relatos de experiência, ainda que ambos se ancorem em uma dimensão espacial da presença corpórea.

François Hartog (1999), na sua reflexão sobre os modos de articulação entre o testemunho e o historiador, oferece uma pista bastante interessante para o entendimento desses casos de um narrador discreto em primeira pessoa. Baseando-se nas *Histórias*, de Heródoto, Hartog observa um ponto comum entre o historiador e a testemunha: a forte relação entre o ver e o enunciar. Ou seja, o

*eu vi*, dentro da narrativa, é entendido como elemento que garante credibilidade àquele narrador, afinal, ele *esteve lá*. Hartog afirma que, nos tempos de Heródoto, entender o olhar como instrumento de conhecimento era praticamente uma “constante epistemológica”, compartilhada não só pelos historiadores, mas também por médicos e filósofos, por exemplo. Logo, era bastante comum que os narradores, em gesto autorreferencial, reivindicassem para si um discurso da verdade a partir da condição de ter visto, como se entre o ver e o dizer não houvesse distância significativa. Segundo Hartog, a potencialidade epistemológica sugerida nesse olhar faz com que ele não seja reduzido a um simples observar, mas que se configure como uma *autópsia*, pois pressupõe a presença de um “olho qualificado”, que está atento aos fatos notáveis que podem compor a narrativa sem que a credibilidade desta seja comprometida.

Além do *eu vi*, no período clássico, segundo Hartog, os narradores se apoiavam também na dinâmica do *eu ouvi*. Aquilo que o olho do narrador não alcança é passível de ser conhecido a partir do olhar de um terceiro, um alguém que viu e pode contar justamente porque viu. Desse modo, o *eu ouvi* também se constitui como elemento fundamental para a autenticação dessas narrativas, na medida em que expande a visão do narrador sem retirar a sua autoridade, uma vez que o relato do outro continua passando por ele. Porém, ainda que o ouvir também denote um *estar lá*, o olho (a *autópsia*, sobretudo) permanece mais poderoso do que o ouvido, conforme indica Hartog.

O ouvido, do ponto de vista do fazer-criar, vale menos que o olho: disso se conclui que uma narrativa presa a um *eu ouvi* será menos crível ou menos persuasiva que uma outra, vizinha, organizada em torno de um *eu vi*. Sua marca de enunciação é, se posso dizer assim, menos forte. O narrador engaja-se menos, mantendo-se a alguma distância de sua narrativa, deixando, em consequência, mais espaço para o ouvinte modular sua crença. Em resumo, afrouxam-se suas rédeas (HARTOG, 1999, p. 281).

Encontramos aqui um historiador que pede para ser acreditado por afirmar sua própria presença diante do evento ou, na impossibilidade dessa condição, diante de alguém que esteve presente no acontecimento. Ele reivindica um lugar legitimado de escrita da história ao certificar: “digo porque vi, ou digo porque ouvi de quem viu”. Se retornarmos às reportagens em primeira pessoa, essas marcas do ver e do ouvir também aparecem com

muita força, remetendo à figura do repórter-narrador. Aliás, a imagem do repórter como aquele que “esteve lá” parece não só estar internalizada em um imaginário popular construído acerca do jornalista, como também pode ser observada em diferentes textos. Nilson Lage (2006), por exemplo, quando define o escopo de atuação do repórter moderno, é bastante claro: “O repórter está onde o leitor, ouvinte ou espectador não pode estar. Tem uma delegação ou representação tácita que o autoriza a ser os *ouvidos* e os *olhos* remotos do público, selecionar e lhe transmitir o que possa ser interessante” (p. 23, grifos nossos).

Nos narradores em primeira pessoa de reportagens jornalísticas, essa potência epistemológica do *eu vi* parece ser um recurso recorrente para revelar trejeitos e minúcias das personagens, além de demonstrar um momento em que repórter e fonte estiveram efetivamente juntos, como no seguinte trecho:

“Você não é aquela atriz do... *Tropa de Elite 2?*”, pergunta discretamente a atendente da padaria. “Eu adorei o filme.” Depois Tainá me conta: “As pessoas sempre fazem essa pausa antes de terminar a pergunta. Eu nunca sei se elas vão falar de *Cão sem dono* [o filme de 2007 em que ela estreou como atriz], de *Revelação* [a novela do SBT que protagonizou dois anos depois] ou de *Tropa de Elite 2* [o fenômeno de público em que faz o papel pequeno, mas marcante, da repórter que denuncia as milícias cariocas]”. Eu comento que, daqui a um mês, ela não vai ter mais dúvidas; vai saber exatamente por qual trabalho as pessoas a reconheceram. E ela, quase displicente, pergunta: “Você acha mesmo?” (CALIL, 2011, p. 46, grifos no original).

Esse pequeno relato de uma cena ocorrida em uma padaria nos mostra como o narrador-repórter emprega seu olhar para construir a caracterização de sua entrevistada. Publicada em *Tpm*, essa reportagem busca traçar um perfil da atriz Tainá Müller em um momento em que ela estaria prestes a ganhar um papel importante em uma novela da Rede Globo. Ao descrever o breve diálogo entre Tainá e a atendente da padaria, o repórter sublinha sua presença diante desse evento específico, aparentemente empregando o argumento testemunhal do *eu vi*. Tal gesto é confirmado na frase seguinte, em que ele lança mão da primeira pessoa para comentar aquilo que acabou de presenciar, reforçando sua condição de testemunha ocular. É importante notar que o diálogo observado e ouvido por esse narrador-repórter poderia ser tomado como uma conversa completamente banal e corriqueira, sendo elevada a um momento de caracterização da

atriz perfilada justamente por sua menção na reportagem. Essa escolha também colabora para reforçar a ideia de que o olhar do repórter não é uma mera observação descompromissada, mas sim uma espécie de autópsia: um ver representativo da posição e competência privilegiada do jornalista.

Nas reportagens sobre Tainá Müller e Luis Fernando Verissimo, a potencialidade do *eu vi* parece aumentar à medida que a distância entre repórter e fonte é reduzida. Logo, a situação de co-presença aparenta ser ideal para o sucesso da investigação jornalística: se entendermos a fonte a ser entrevistada como o acontecimento dessas reportagens, a presença corpórea do repórter diante dela é o que lhe permite assumir uma dimensão testemunhal. Assim, o tempo presente da entrevista é capturado por um *estar ali*, enquanto o tempo passado, é acessado por meio do ouvir o entrevistado, que é tomado como a principal testemunha de sua trajetória de vida:

Aos 3 anos, primeira filha de um casal humilde de Porto Alegre, Tainá começou a ler sozinha, do nada. “Meus pais chamavam as visitas para me ver lendo o jornal. Eu me sentia uma aberração, o próprio Homem Elefante do filme do David Lynch” – ela ainda vai citar o cineasta americano, conhecido por suas tramas e personagens bizarros, muitas vezes durante a entrevista (CALIL, 2011, p. 48).

O ver e o ouvir do narrador-repórter parecem, então, revelar algumas nuances do próprio processo investigativo daquelas narrativas, a fim de conferir uma aura de credibilidade baseada nas relações de confiabilidade propostas pelo testemunho. Ao mostrar que esteve em situação de copresença com seu entrevistado, o narrador-repórter pede que sua narrativa seja entendida como “verdadeira”, pois ele esteve lá, viu e ouviu. Todavia, sozinhas, as ações de ver e ouvir não nos parecem ser suficientes como vias de legitimação desse narrador autorreferente, uma vez que, isoladamente, não constituem um gesto de testemunhar. Há algo mais no testemunho do narrador-repórter que o torna sustentado não só pela sua presença naquela realidade a qual ele se propõe a dizer. Não por acaso, o *eu* dessas narrativas é a figura do repórter, aquele que esteve lá para nos contar o que aconteceu e isso traz consequências para as formas como a narrativa se apresenta e é lida.

### 3 ENTRE VER DE PERTO E VER DE DENTRO, O NARRADOR

Em 2012, um repórter e um fotógrafo são enviados pela revista *Trip* para conhecer o Caldas Country, um dos principais festivais de música sertaneja do Brasil, com a proposta de contar quais foram suas experiências e impressões sobre o evento. Podemos perceber nessa pauta a sugestão de que a presença corpórea de ambos no evento os eleva ao status de testemunhas do festival, pessoas cujos relatos adquirem legitimidade pela condição de terem estado lá. Mais do que isso, a presença do repórter e do fotógrafo no evento parece ser a alavanca que impulsiona a realização da reportagem, tendo em vista a recorrente busca por ancoragem nas situações vistas e vivenciadas pelo narrador:

A edição de 2012 do Festival Caldas Country havia deixado uma mácula no universo sertanejo com tiros, brigas, ruas entupidas de motoristas ensandecidos, equipamentos de som ensurdecedores e um carro incendiado (pelo próprio dono). [...] Mesmo assim, o temor de uma nova erupção hedonístico-sertaneja no coração do Brasil era visível. E lá fomos nós, eu e Jordi, nosso fotógrafo português. Dois cowboys de primeira cavalgada, tentando desbravar o universo sertanejo (SPREJER, 2013, p. 76).

Em outros trechos, o olhar estrangeiro do repórter é ainda mais evidente:

Para quem espera encontrar fazendeiros e agroboys, o público é extremamente diversificado. [...] Conversamos com um comerciante de Rondônia, um enfermeiro/ acordeonista de Fortaleza, um fazendeiro gaúcho, um policial de Uberlândia, uma professora de química de Duque de Caxias, um dono de loja de tintas de São Mateus (ES), empresários da terraplanagem paulistas e uma estudante de educação física e *miss fitness* de Unai (MG). [...] A essa altura, no camarote, o pessoal já está meio transfigurado. A maior parte das meninas da festa parece meio padronizada, com minissaia, cabelo liso e decote. Vejo um grupo de caras com chapéus de cowboys e o adesivo "Os mió do Brasil" colado no peito (SPREJER, 2013, p. 78).

Aqui, o gesto de autorreferência aparece para demonstrar a presença do repórter e do fotógrafo em um ambiente que não lhes é comum, o qual eles observam com estranhamento e ironia. Ao relatar a experiência de participar do Caldas Country, o repórter Pedro Sprejer parece não se esforçar para adentrar aquela realidade social e compartilhar dos códigos comportamentais ali vigentes. Ele vai ao evento, mas mantém distância, sugerida especialmente pela jocosidade de seus comentários. Ao contrário da reportagem

sobre o Morro do Piolho, não parece haver aqui uma mínima identificação do repórter com a realidade investigada. Aqui, não há intuito nem impressão de *ver de dentro*, pois o que se reforça é uma ideia de *ver de perto*.

Ao assumir uma retórica testemunhal, o narrador jornalístico pode se beneficiar desse respeito moral em relação ao sujeito que fala, extraindo dele as premissas para que seu relato seja acreditado e legitimado. Todavia, o jornalista não é uma testemunha eticamente inquestionável – de certa forma, nenhuma testemunha o é. Ainda que haja alguma resistência ética ou moral, os flancos abertos por um relato em primeira pessoa não podem ser ignorados, como lembra Beatriz Sarlo:

Só uma confiança ingênua na primeira pessoa e na lembrança do vivido pretenderia estabelecer uma ordem presidida pelo testemunhal. E só uma caracterização ingênua da experiência exigiria para ela uma verdade mais alta. Não é menos positivista (no sentido em que Benjamin usou essa palavra para caracterizar os “fatos”) a intangibilidade da experiência vivida na narração testemunhal do que a de um relato feito a partir de outras fontes (SARLO, 2007, p. 48).

Agamben (2008), por sua vez, relembra que os desafios de se estabelecer uma crença sólida na legitimidade do testemunho estão na própria origem latina da palavra, que remete a três termos: *testis* (aquele que se põe como terceiro, ou seja, aquele que vê e julga); *superstes* (alguém que atravessou um evento até o fim e está capacitado a narrá-lo); e *auctor* (aquele que valida o ato de outro). Essas definições podem apontar para diferentes funções assumidas pelo jornalismo em sua retórica testemunhal: podemos ter um narrador-repórter que conta aquilo que experienciou, apresentando-se como testemunha do que viveu (*superstes*), mas não podemos ignorar um papel historicamente requisitado pelo jornalismo de juiz dos acontecimentos, daquele que se coloca como um terceiro que vai ouvir os outros dois lados da história (*testis*). Como *auctor* o repórter se revela um compositor de uma história, que tem como objetivo de legitimar, reconhecer, uma experiência alheia. Enquanto o *testis* vê *de perto* e o *superstes* vê *de dentro*, o *auctor* é um narrador capaz de fazer valer, na força de seu relato, a dimensão testemunhal da experiência que apresenta.

Buscando *ver de perto* ou *de dentro*, podemos entender a narrativa jornalística em primeira pessoa como integrante de

um esforço empreendido por mídias informativas e repórteres para assumir uma retórica testemunhal que, aliada a outros recursos, procura reforçar na reportagem a sua vinculação a uma realidade social. O intuito desse esforço seria a legitimação do relato, à medida que vincula o corpo do repórter-narrador ao acontecimento por meio das marcas enunciativas *eu estive lá*, *eu vi*, *eu ouvi*, *eu vivi*, ou mesmo *eu sobrevivi*. É um jogo de *fazer-crer*, para usar o termo empregado por Hartog (1999), que parece inerente a todo narrador que reivindica para a sua narrativa uma acoplagem a uma realidade. Assim, ao reivindicarem uma retórica testemunhal, as reportagens abraçam determinados privilégios que são socialmente conferidos à testemunha, mas também passam a carregar seus espectros de dúvida, pois se fundam no mesmo paradoxo elementar do testemunho: tomar para si um lugar de verdade a partir da presença do sujeito no acontecimento descrito, ainda que a primeira pessoa não seja um lugar plenamente confiável.

Com isso, torna-se necessário eliminar, ou ao menos reduzir, essa desconfiança em relação ao narrador-repórter. Essa necessidade de validação do testemunho aponta então para o lugar fundamental que ocupa o leitor nos processos de legitimação das reportagens em primeira pessoa. Afinal, é dele que parte o gesto de acreditar. Logo, assumir uma retórica testemunhal não necessariamente legitima um narrador-repórter, mas inaugura um processo de legitimação, cujos resultados – sejam eles favoráveis ou não – se darão somente no ato de leitura. Não se trata, portanto, de um narrador que, por ser em primeira pessoa, é intrinsecamente legítimo e credível. Longe se ser homogênea, como vimos, as narrativas em primeira pessoa organizam, a seu modo, as relações de confiança e desconfiança, adesão e recusa que envolvem a mediação, os agentes e a própria instituição jornalística.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- CALIL, R. Fora do casulo. **Tpm**. São Paulo, n. 106, p. 46-53, fev. 2011.
- FERLA, M. O resto é silêncio. **Rolling Stone Brasil**. São Paulo, n. 73, p. 82 - 87, out. 2012.
- FROSH, P; PINCHEVSKI, A. Introduction: Why media witnessing? Why now? In: FROSH, P; PINCHEVSKI, A (orgs.). **Media witnessing**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.
- HARTOG, F. **Evidência da história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- HARTOG, F. **O espelho de Heródoto**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LAGE, N. **A reportagem**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- MAROCCO, B,. Os “livros de repórteres”, o “comentário” e as práticas jornalísticas. **Contracampo**. Niterói, v. 22, n. 1, p. 116-129, 2011.
- MORAIS, Y. Na barriga da besta. **Rolling Stone Brasil**. São Paulo, n. 40, p. 94-98, jan. 2010.
- PETERS, J. Witnessing. In: FROSH, P; PINCHEVSKI, A (orgs.). **Media witnessing**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.
- SARLO, B. **Tempo passado**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SERELLE, M. Jogos cubanos: a ilha, hoje, em reportagens na primeira pessoa. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 83-98, 2012.
- SERELLE, M. Guinada subjetiva e narratividade: aportes para o estudo de relatos jornalísticos em primeira pessoa. **Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. São Luís: UFMA, 2010.
- SERELLE, M. Jornalismo e guinada subjetiva. **Estudos em jornalismo e mídia**. Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 33-44, 2009.
- SIMMEL, G. O estrangeiro. Moraes Filho, Evaristo (Org.). **Simmel**. São Paulo, Ática, 1983, p.182-188.
- SPREJER, P. Deu um caldo. **Trip**. São Paulo, n. 228, p. 76-78, dez 2013.

**Bruno Souza Leal** é professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Estudos Literários pela mesma instituição. E-mail [brunosleal@gmail.com](mailto:brunosleal@gmail.com)

**Igor Lage** é jornalista e mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: [igor.lage.alves@gmail.com](mailto:igor.lage.alves@gmail.com)

RECEBIDO EM: 28/02/2015 | ACEITO EM: 15/04/2015